



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

PARECER COM EMENDA DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA

Nº do protocolo: 36.983/2013

Data: 11/11/2013

Parecer de: 20/11/2013

Objeto: "*Dispõe sobre a condução de veículo oficial*"

Autor: Prefeito Municipal de Muriaé

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, conforme art. 72, VII e II, constituídas dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento nos arts. 160, e 170 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições constitucionais e legais pertinentes, assim se manifesta:

1 QUANTO AO *QUORUM* EXIGIDO PARA VOTAÇÃO

Em seus arts. 219, 221, 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé/MG dispõe sobre o *quorum* exigido para votação das várias espécies de projetos de lei, daí se concluindo que a matéria apresentada insere-se entre aquelas cujo *quorum* é **maioria simples, ou seja, atingido o limite mínimo para dar início à sessão legislativa, a maioria simples equivale ao número inteiro imediatamente maior que a metade dos presentes àquela sessão.**

2 QUANTO AO MÉRITO DO PROJETO

Como se subtrai da análise do projeto protocolado sob nº 36.983/2013 trata-se e "*dispõe sobre a condução de veículos oficiais*"

a) Breves considerações

Antes de analisar especificamente a proposta de lei ora apreciada, necessários tecer breves comentários acerca da responsabilidade civil e outras obrigações do Município de Muriaé em relação ao presente projeto.

É certo que o ato de dirigir veículo oficial pode acarretar graves consequências para a Administração, tendo em vista que esta tem responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes causarem a terceiros (art. 37, §6º da CRFB/88), sendo que tais consequências independem de ter o condutor do veículo, ou não, relativamente a seu cargo, a atribuição específica de dirigi-lo.

Pois o servidor que exerce cargo com a atribuição específica de dirigir veículo faz, prova EXCLUSIVA PARA O CARGO, tendo que ter comportamento sociável no trânsito, normas de trânsito e segurança e direção defensiva.

Não se pode olvidar que permitir a condução de veículo oficial por servidores que não tenham a atribuição específica de dirigi-lo, em casos certos e autorizados pela autoridade competente, pode significar uma grande economia de recursos para a Administração Pública, mormente no que tange ao pagamento de diárias, por exemplo.

Ao sujeitar ao "interesse do serviço" e "ao exercício de suas próprias atribuições" – de forma cumulativa, portanto - a designação de servidores ocupantes de outros cargos e especialidades que não a de motorista para conduzir veículos oficiais, NÃO DEVE HAVER qualquer possibilidade de configuração de desvio de função. Com efeito, desvio de função não se pode cogitar se a atividade de condução de veículo ocorre apenas de forma a criar condições para que, no interesse do serviço, o servidor designado como condutor exerça suas próprias atribuições funcionais.

Portanto, o dispositivo do projeto juntamente com suas emendas permite condução de veículo oficial por servidor de qualquer especialidade, desde que habilitado para tal, mas somente em caso excepcional e transitória necessidade, devendo ser fixado prazo determinado.

b) Das emendas apresentadas

As partes em negrito e sublinhado deverão ser acrescentadas e/ou alteradas.

Acrescenta-se o art. 2º:

A autorização para condução de veículo oficial deverá conter a necessidade e o prazo da utilização do veículo, por servidor diverso do ocupante de cargo de motorista.

Acrescenta-se o art. 3º:

Em nenhuma hipótese será admitida alegação de desvio ou cumulação de função.

Altera-se o art. 2º, **passando a ser artigo 4º**

3 DA CONCLUSÃO FINAL

Considerando todo o exposto, a Comissão de Constituição Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Muriaé/MG, conjuntamente à Comissão de Transporte Público e Sistema Viário, ao apreciarem o Projeto de Lei de Protocolo nº 36.813 de 29/10/2013, nos termos regimentais e legais e com base em todas as argumentações aqui expendidas, **se MANIFESTAM pela APROVAÇÃO deste projeto com as EMENDAS SUGERIDAS, dado ser este CONSTITUCIONAL E LEGAL.**

Este é nosso parecer, salvo melhor juízo.

Do Plenário da Câmara Municipal de Muriaé/MG para apreciação pelos Exmos. Srs. Edis, aos 20 (vinte) dias do mês de novembro de 2.013.


DEVAIL GOMES CORREA – PRESIDENTE


CARLOS DELFIM SOARES RIBEIRO - MEMBRO


WOLNEY GONÇALVES DE OLIVEIRA - RELATOR

Membros da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça



WOLNEY GONÇALVES DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

HELENA FRANCISCA DE OLIVEIRA CARVALHO - MEMBRO



DEVAIL GOMES CORREA - RELATOR

Membros da Comissão de Administração Pública